



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 **Data, hora e local:** 25 de março de 2015, às 09h00m, na Rua São Bento, 405, Auditório do 10º
2 andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. **Pauta do dia:** 1. Apreciação da ata de reunião
3 conjunta entre CMPU e CTLU (33ª Reunião Ordinária do CMPU e 15ª Reunião Extraordinária da
4 CTLU) realizada no dia 15 de janeiro de 2015 e da ata da 25ª Reunião Extraordinária do CMPU,
5 realizada em 05 de dezembro de 2014; 2. Homenagens a José Magalhães Junior e a José Eduardo
6 Zezéu Vieira Ribeiro. 3. Informes: a. Publicações do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São
7 Paulo: Texto da Lei Ilustrado e Cartilha das Estratégias Ilustradas; b. Concurso Público Nacional de
8 Obras Audiovisuais de Curta Metragem do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo; c.
9 Processo eleitoral dos representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Política Urbana
10 (CMPU); d. Concurso Público Nacional para Plano de Urbanização da Operação Urbana
11 Consorciada Água Branca; e Publicação dos resultados do Atelier Ensaios Urbanos; 4. Revisão
12 Participativa da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei 13.885/2004): a. Diálogos
13 Macrorregionais por Subprefeitura; b. Nova versão da Minuta Participativa de Projeto de Lei.
14 **Conselheiros Presentes CMPU:** Fernando de Mello Franco (Presidente CMPU/CTLU); Vilma de
15 Oliveira Mendonça (Secretaria do Governo Municipal - SGM); Nuria Pardillos Vieira (Secretaria
16 Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU); Paulo Ricardo Giaquinto (Secretaria Municipal de
17 Licenciamento – SEL); Cristina Toth Sydow (Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento
18 Econômico – SF); Ricardo Brandão Figueiredo (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
19 – SVMA); Marcos Cartum (Secretaria Municipal de Cultura – SMC); Luciana Martins de Barros
20 Teixeira (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB); Lucila Falcão Pessoa
21 Lacrete e Áurea Lopes Machado Mazzetti (Macrorregião Oeste – Eleito); Antonio Gomes dos Santos
22 (Macrorregião Leste 2 – Eleito); Carlos Eduardo Silva Diethelm (Macrorregião Norte 2 – Indicado);
23 Adriana Rolim de Camargo (Macrorregião Oeste – Indicado); Gilmar Tadeu Ribeiro Alves
24 (Macrorregião Centro – Indicado); Renata Carvalho Naves (Macrorregião Leste 1 – Indicado); João
25 Carlos da Silva Martins (Macrorregião Sul 1 – Indicado); Carlos Henrique Nunes Cabral
26 (Macrorregião Sul 2 – Indicado); Ricardo Yazbek e Eduardo Della Manna (Sindicato das Empresas
27 de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI) – Produção
28 Imobiliária; Maura Augusta Soares de Oliveira (Movimento por Direito a Moradia – MDM) –
29 Associação de Moradores; Sérgio Antonio Reze Junior (Associação dos Moradores e Amigos do
30 Parque Previdência – AMAPAR) e Cibele Martins Sampaio (Associação Amigos do Brooklin Novo –
31 SABRON) – Associação de Moradores; Mariza Dutra Alves (Associação dos Movimentos de Moradia
32 da Leste 1) – Movimento Moradia; Marta Dora Grostein (Universidade de São Paulo – FAU/USP) –
33 Universidade; Valter Luis Caldana Junior (Universidade Presbiteriana Mackenzie) – Universidade;
34 Alexandre Marques Tirelli (Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo – SCIESP)
35 – Categoria Profissional em Planejamento Urbano; Jacobina Albu Vaisman (Conselho de
36 Arquitetura de São Paulo – CAU/SP) – Categoria Profissional em Planejamento Urbano; Luiz Carlos
37 Perilo Costa (Movimento Defesa São Paulo) – Empresa, Entidade ou ONG da área de
38 desenvolvimento Urbano; Paulo Afonso Costa (Central Única dos Trabalhadores do Estado de São
39 Paulo – CUT) – Central Sindical. **Conselheiros Presentes CTLU:** Daniel Todtmann Montandon
40 (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU); Eduardo Ignácio de Faria (Secretaria



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

41 do Governo Municipal – SGM); Roberto Angotti Júnior (Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
42 – SNJ); Arlete dos Anjos Grespan (Secretaria Municipal de Licenciamento – SEL); Teresa Maria
43 Emídio (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA); Fernando Ferreira Lima
44 Martines (Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB); Eduardo Della Manna (Sindicato das Empresas
45 de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI); Elcio Sígolo
46 (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON); Larissa
47 Campagner Arcuri (Associação Comercial de São Paulo – ACSP); Lucila Falcão Pessoa Lacreta
48 (Movimento Defenda São Paulo) – ONG; João Fernando Pires Meyer (FAU-USP) – Universidade;
49 Gianfranco Vannucchi e Paulo Machado Lisbôa Filho (ASBEA – Associação Brasileira dos Escritórios
50 de Arquitetura). **Ordem do dia: 01**) O Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva
51 Rocha Franco, iniciou a reunião às 09h55m apresentando a pauta da reunião que foi aprovada por
52 unanimidade pelo plenário. Em sequência apresentou as Atas da reunião conjunta entre CMPU e
53 CTLU (33ª Reunião Ordinária do CMPU e 15ª Reunião Extraordinária da CTLU), e da ata da 25ª
54 Reunião Extraordinária do CMPU, que foram aprovadas por unanimidade pelo plenário. **02**) Após a
55 aprovação da pauta e das atas o Secretário Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha
56 Franco, fez a leitura de texto de homenagem do Conselho a José Magalhães Junior e a José
57 Eduardo Zezéu Vieira Ribeiro conforme segue: **Nota de Pesar – José Magalhães Jr.** – “É com
58 enorme pesar que recebemos a notícia do falecimento no dia 1º de março do colega e ex-diretor
59 José Magalhães Jr. Arquiteto com bastante destaque no meio profissional, foi o autor de vários
60 projetos importantes e teve destacada atuação junto aos órgãos de classe. Magalhães trabalhou
61 nesta Secretaria entre os anos de 2001 e 2004 na gestão da Prefeita Marta Suplicy, onde
62 comandou a recém criada Assessoria Técnica de Operações Urbanas, responsável pelo
63 acompanhamento e desenvolvimento de inúmeros projetos de operações urbanas. Participou
64 ativamente dos estudos do Plano Diretor Estratégico de 2002 e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
65 Responsável, ao lado do Secretário Jorge Wilhelm – de quem era amigo e companheiro -, pela
66 introdução de ideias contemporâneas de urbanismo em nossa cidade, sendo um dos responsáveis
67 pela adoção, na nossa legislação, de conceitos hoje consolidados como a diversidades de usos e a
68 outorga onerosa do direito de construir. Doutor em Estruturas Ambientais e Urbanas pela
69 Universidade de São Paulo, era professor de projeto da Universidade Presbiteriana Mackenzie da
70 graduação e pós graduação. Foi presidente do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) em 1982,
71 Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Sebastião, Vice-
72 Presidente da EMURB e recentemente colaborou com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
73 como membro do júri do Concurso Nacional Ensaio Urbanos: Desenhos para o Zoneamento de
74 São Paulo. Deixa várias contribuições à nossa cidade e a cultura desta secretaria onde certamente
75 fará falta. Atualmente desenvolvia estudos ligados ao desenho urbano, tendo participado inclusive
76 de um dos trabalhos selecionados para o desenvolvimento dos projetos do Arco do Tietê.”; **Nota**
77 **de Pesar – Zezéu Ribeiro** – “O arquiteto e urbanista Zezéu Ribeiro, ex-deputado federal pelo PT
78 e conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia (TCE), faleceu em 25/02/15 em São Paulo. José
79 Eduardo Vieira Ribeiro foi o autor da Lei de Assistência para Moradia de Interesse Social
80 (11.888/2008) e relator do projeto do Estatuto da Metrópole (13.089/2015), recém sancionado



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

81 pela Presidente da República. Foi também relator da PEC 150/2003, que vinculou 2% das receitas
82 da União e 1% das receitas dos estados e municípios para a produção de moradias sociais. Foi
83 presidente do Sindicato dos Arquitetos do Brasil e membro do
84 então Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Zezéu Ribeiro exerceu
85 o mandato de vereador em três legislaturas, tendo sido eleito deputado federal pela primeira vez
86 em 2002 e reeleito em 2006 e 2010. Em 2011 foi Secretário de Planejamento da Bahia e
87 presidente do Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (Conseplan). Formado em
88 Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), fez pós-graduação em Gestão
89 Ambiental. Sua militância política teve início no movimento estudantil na década de 70. Em sua
90 trajetória atuou em defesa da reforma urbana, da superação das desigualdades sociais e a favor
91 da maior participação democrática da sociedade nas questões relacionadas ao desenvolvimento
92 urbano." **03)** A palavra foi franqueada ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do
93 CMPU e da CTLU, Fernando Mello Franco, que iniciou ressaltando ao colegiado a importância,
94 conforme o pleito de alguns conselheiros, de que a reunião comece no horário previsto. Em
95 seguida discorreu sobre os informes, começando pelas publicações do Plano Diretor Estratégico da
96 Cidade de São Paulo, onde destacou que o Texto da Lei Ilustrado teve uma tiragem de 10.000
97 exemplares e a Cartilha das Estratégias Ilustradas teve uma tiragem de 100.000 exemplares, além
98 de sua disponibilidade para downloads no site <gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>. Em relação
99 ao Concurso Público Nacional de Obras Audiovisuais de Curta Metragem do Plano Diretor
100 Estratégico da Cidade de São Paulo destacou a importância da SPCINE para a cidade de São Paulo,
101 por meio de uma série de iniciativas para cidade fomentar o abrigo de diferentes etapas de novas
102 produções cinematográficas, entre elas locações para sets de filmagem. **04)** O Secretário
103 Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, retomou a palavra para informar sobre o
104 processo eleitoral dos representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Política Urbana
105 (CMPU), bem como esclarecer que foram feitas as solicitações para que os Conselhos Setoriais do
106 Município os e Conselhos Participativos das Subprefeituras definam seus respectivos
107 representantes da sociedade civil para que então possa ser dada posse à nova gestão do CMPU.
108 **05)** A palavra foi franqueada novamente ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente
109 do CMPU e da CTLU, Fernando Mello Franco, que fez informe sobre o Concurso Público Nacional
110 para Plano de Urbanização da Operação Urbana Consorciada Água Branca, organizado em
111 conjunto com o IAB-SP, em que tem por objetivo o desenvolvimento de projeto que integra uma
112 série de políticas setoriais, esclarecendo que as propostas dos candidatos inscritos serão recebidas
113 até o dia 17 de abril e a premiação ocorrerá em maio. Ainda dentro do tema discorreu sobre a
114 venda do primeiro lote de CEPAC's que possibilitará a estruturação dos projetos para área em
115 questão. O último ponto abordado pelo Presidente sobre os informes tratou da Publicação dos
116 resultados do Atelier Ensaios Urbanos que contou com a participação de 17 Instituições de Ensino
117 em Arquitetura e Urbanismo, envolveu cerca de 1.500 estudantes e 100 professores, que
118 desenvolveram ensaios e propostas em disciplinas regulares e optativas e em atividades de
119 extensão e pesquisa, aproximando os futuros profissionais da área da Arquitetura e Urbanismo do
120 processo de revisão do marco regulatório da política urbana do município. **06)** A palavra foi



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

121 franqueada à Conselheira Núria Pardillos Vieira que apresentou a forma pela qual os Diálogos
122 Macrorregionais por Subprefeitura da Revisão Participativa da Lei de Parcelamento, Uso e
123 Ocupação do Solo (Lei 13.885/2004) serão realizados. Tais encontros têm por objetivo apresentar
124 uma devolutiva das contribuições feitas pela sociedade durante o processo participativo de
125 revisão; estes acontecerão no período da manhã com o credenciamento a partir das 8h00 e início
126 da atividade às 9h00, em salas por Subprefeitura das 10h00 às 12h30, e no período da tarde com
127 o credenciamento a partir das 13h30 e início da atividade às 14h30, em salas por Subprefeitura
128 das 15h30 às 18h00, conforme cronograma estabelecido e disponibilizado. A Conselheira
129 esclareceu que a dinâmica ocorrerá com a Apresentação inicial em auditório com a apresentação
130 das alterações incorporadas na lei em geral e as implicações no território da Macrorregião, em
131 seguida ocorrerão à divisão em subgrupos por Subprefeitura com apresentação do mapa do
132 zoneamento por Subprefeitura, seguida de abertura para contribuições da sociedade civil, sendo
133 os seguintes materiais disponibilizados: 1. Nova versão da Minuta disponível no site a partir de
134 31.03; 2. Minuta impressa nas atividades participativas; 3. Minuta comentada; 4. Mapa impresso
135 por Subprefeitura; 5. Arquivos em formato aberto. **07)** A palavra foi franqueada ao Diretor do
136 Departamento de Uso e Ocupação do Solo – DEUSO, Daniel Todtmann Montandon, que
137 apresentou as principais questões levantadas em virtude do processo participativo e as principais
138 mudanças que estão sendo feitas para a Nova versão da Minuta Participativa de Projeto de Lei,
139 abordando quanto ao zoneamento da Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), quanto ao
140 zoneamento de áreas públicas e áreas verdes, quanto ao parcelamento do solo, quanto à
141 fiscalização, quanto aos tipos de zonas, quanto aos parâmetros de uso do solo, quanto aos
142 parâmetros de ocupação do solo, quanto à organização do texto e quanto aos mapas. Apontou os
143 principais conflitos e as questões identificadas no processo participativo, esclarecendo como os
144 principais conflitos foram tratados na nova versão da minuta, entre eles destacou as modificações
145 em perímetros das ZEIS, a maior diversificação de usos em zonas corredores, a restrição de uso
146 do solo para a promoção de atividades econômicas, a incidência da ZEU em territórios de
147 densidades médias ou baixas, a regularização de atividades residenciais e não residenciais em
148 territórios específicos, o impacto econômico gerado pelos parâmetros urbanísticos nos
149 empreendimentos imobiliários e a identificação das zonas no mapa. **08)** Finalizadas as
150 apresentações a palavra foi passada aos Conselheiros do CMPU e da CTLU pelo Secretário
151 Executivo do CMPU, Fernando Túlio Salva Rocha Franco, que fez a inscrição dos membros
152 concedendo o prazo de 3 minutos. **09)** Gianfranco Vannucchi (Representante da ASBEA -
153 Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura na CTLU) iniciou dando parabéns pelo trabalho
154 e pela exposição fazendo uma sugestão em relação ao parcelamento na questão que envolve as
155 áreas remanescentes de pequeno porte fragmentadas pela cidade e que se encontram sem
156 manutenção e sem uso, visando a possibilidade de se criar mecanismos para sua incorporação em
157 áreas maiores com projetos específicos. **10)** Luiz Carlos Perilo Costa (Representante da ONG
158 "Movimento Defesa São Paulo" na CMPU), abordou a questão referente aos parâmetros que vão
159 ser adotados para usos especiais e específicos em áreas e zonas determinadas, esperando a
160 elaboração de um critério para ajustar estes parâmetros amplos à constituição de zonas com



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

161 determinados caracteres; ponderou que tais zonas específicas, a partir de critérios locais,
162 poderiam ser definidas oportunamente para qualificação do desenho urbano destas regiões e
163 também para o atendimento aos anseios das comunidades locais. **11)** Sérgio Antonio Reze Junior
164 (Representante da AMAPAR no CMPU) abordou a questão do horário de início da reunião, em
165 seguida falou sobre as solicitações da sociedade nas 3 audiências públicas de janeiro para
166 ampliação do tempo de participação e de discussão na esfera do executivo, apontando ainda que
167 emergiram questões de conflito. Entendeu que a ampliação do prazo de revisão foi de 3 meses,
168 mas que 2 foram consumidos no âmbito interno. Disse que as contribuições pela internet foram
169 até o final de janeiro e que os Diálogos Regionais serão de apenas 1 dia, e que não haverá diálogo
170 de fato. Avaliou que o material é muito bom, mas considerou que a discussão precisaria acontecer
171 e ganhar maior maturidade antes do envio do Projeto de Lei à Câmara e que caso isso não ocorra
172 podem surgir novos conflitos. Conclui perguntando se havia terminado seu tempo de fala. **12)** O
173 Presidente informou que o Conselheiro, caso tivesse interesse, poderia se inscrever novamente
174 para nova fala e que seria oportuno tratar dos conteúdos cujos conflitos precisariam ser debatidos.
175 **13)** Maura Augusta Soares de Oliveira (Representante do MDM na CMPU), ponderou com relação
176 à questão da anistia a qual ficou em dúvida se será concedida e a quem beneficiaria. **14)** Sérgio
177 Antonio Reze Junior (Representante da AMAPAR na CMPU) retoma a palavra alegando não querer
178 debater o conteúdo, apesar de terem questões a serem debatidas; ponderou que aguardava uma
179 nova minuta, para além dos principais pontos apresentados na reunião e que, portanto, se ateria
180 as questões da participação; disse que a secretaria foi convidada a participar em um evento no
181 Butantã, mas que foi informado que as contribuições do processo participativo estavam sendo
182 sistematizadas e que haveria uma nova rodada de discussão participativa para tanto; ponderou
183 que será um projeto pronto e uma orientação para ver como vai ser discutido na Câmara, desta
184 forma não concordando e esperando que se consiga prolongar a discussão. **15)** Lucila Falcão
185 Pessoa Lacreta (Representante da Macrorregião Oeste – Eleito na CMPU) – “Muito bom dia a todos
186 meu nome é Lucila Lacreta eu gostaria, por favor, que a minha fala fosse transcrito na íntegra na
187 ata. É com enorme surpresa que eu recebo aqui essa apresentação, é com vários pontos que
188 seriam alterados na nova minuta que nós ainda não conhecemos e que parece que isso encerra a
189 questão da discussão pública e essa apresentação é pelo meu entendimento tem um viés
190 absolutamente imobiliário, onde é que estão às demandas, centenas de demandas que ocorreram
191 nas três audiências públicas do dia 14, 21 e 28 de janeiro e que não foram apresentadas no
192 detalhe, porque tudo aqui me parece que atende o interesse imobiliário, lote máximo, as questões
193 específicas de empreendimentos museus, agora aqueles cuidados que as pessoas levaram
194 preocupações em relação ao planejamento do seu bairro foi absolutamente ignorado, inclusive a
195 forma desses tais diálogos, gente diálogo, diálogos regionais, pressupõe ouvir a voz de um e a voz
196 de outro, o que está programado aqui é uma apresentação geral no começo da manhã específicas
197 da tarde, ninguém vai falar nada a partir do que de uma possível divulgação de uma minuta que
198 não está conhecida nem se quer dominada. Outro problema que eu acho extremamente grave é o
199 encerramento desse diálogo, as pessoas não querem isso, as pessoas querem conversar na
200 subprefeitura inclusive com o estabelecimento de gerenciamento de conflitos, porque os conflitos



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

201 propostos pelo zoneamento são enormes, isso tem que ser resolvido antes de ir para Câmara, e
202 como é que a câmara municipal que é um legislativo que deve referendar ou negar o projeto de lei
203 vai resolver esses tais conflitos, como é que o executivo delega pro legislativo uma matéria tão
204 importante, quer dizer que é na Câmara que se vai resolver os conflitos, num ambiente que é
205 absolutamente político, nós precisamos discutir tecnicamente Senhor Secretário e não essa história
206 de não ouvir mais ninguém. Apesar de insistentemente os presentes naquelas audiências e todos
207 que confiaram no processo participativo isso agora, isso agora não, sempre nos foi negado,
208 porque que nós não podemos discutir mais, que raio de prazo é esse que tem que mandar uma
209 minuta de projeto de lei pela metade para câmara municipal. Eu quero me escrever de novo.” **16)**
210 Larissa Campagner Arcuri (Representante da ACSP na CTLU) versou sobre questões referentes as
211 atividades não residenciais irregulares na cidade e aos problemas oriundos da classificação da via
212 e dos corredores existentes nas zonas residenciais. Enfatizou que seria melhor se a regularidade
213 fosse baseada em novos critérios amparados pela incomodidade e condições de instalação.
214 Abordou algumas pontos como a questão da informalidade das atividades não residenciais na
215 cidade e da vinculação da regularidade de imóvel a permissão de instalação da atividade. Destacou
216 que os critérios deveriam ser diferentes para as atividades de pequeno porte, não devendo serem
217 tratados da mesma maneira e com os mesmos critérios dados ao de grande porte. **17)** Carlos
218 Eduardo Silva Diethelm (Representante da Macrorregião Norte 2 – Indicado no CMPU), Subprefeito
219 de Pirituba, expôs como o processo foi conduzido na subprefeitura de Pirituba, que depois de
220 discussões acaloradas na região pelos segmentos empresarias e de habitação as demandas foram
221 levantadas e as propostas foram trazidas para serem debatidas junto a Secretaria (SMDU) para se
222 tentar a incorporação ou não, tentando desta forma uma melhor solução para aquela localidade.
223 **18)** Valter Luis Caldana Junior (Representante da Universidade Presbiteriana Mackenzie na CMPU)
224 se declarou fã confesso de todo esse processo, mas ressaltou o equívoco ao adotarmos como
225 modelo de proposta dessa lei a reprodução do modelo existente, que é um modelo de lei que
226 afasta e não um modelo que agrega, pois, as pessoas discutem o que lhes é afeto imediatamente
227 e deixam de discutir a cidade como um todo, isto é uma leitura equivocada, pois a cidade como
228 um todo quer discutir uma cidade como um todo, a discussão não pode ser apenas técnica, esta
229 faltando a discussão de cidade, e que a discussão na Subprefeitura não pode ser retórica, e com
230 relação ao prazo, que do ponto de vista estratégico defendia que as principais leis do marco
231 regulatório devessem ficar prontas numa única gestão, esta estratégia devia ser revista para
232 entregar um produto para o legislativo que esteja efetivamente coberto por uma discussão que o
233 legitima, e se não se pode mudar a metodologia da lei poderia mudar a metodologia da discussão,
234 isso para que se possa trazer de volta para Secretaria (SMDU) a liderança do processo. **19)**
235 Finalizada a primeira rodada a palavra foi franqueada ao Diretor do Departamento de Uso e
236 Ocupação do Solo – DEUSO, Daniel Todtmann Montandon, fez suas considerações sobre as
237 questões de conteúdo e depois sobre o processo participativo, com relação à questão de conteúdo
238 ressaltou que o zoneamento não é um código extremamente objetivo, é uma lei aplicada
239 diariamente, então precisa haver muito debate, muita reflexão, tendo-se cuidado ao criar
240 mudanças num código que existe há muito tempo, onde não se esta partindo do zero, mas inside



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

241 sobre uma série de coisas que estão acontecendo, destacando também a importância do concurso
242 ensaios urbanos que trazia duas matrizes de regulamentação, as regras que vem por característica
243 do lugar e regras que vem por uma concepção de cidade que esta sendo desejada pelo Plano
244 Diretor. E na proposta de zoneamento foi trabalhado estas duas dimensões de três formas, a
245 dimensão da transformação, a dimensão da preservação e da qualificação, onde se busca todas
246 aquelas transformações que estão colocadas na politica de desenvolvimento urbano, mas que tem
247 de ser adequada para este zoneamento, devendo ter a visão de conjunto da cidade, mas
248 incorporando as preocupações dos bairros, sendo esta a grande questão a ser colocada quando se
249 pensa uma lei de zoneamento. Com relação à questão trazida sobre a permissão das atividades
250 nas zonas, chegou-se a um meio termo que buscar a correspondência das atividades, no decreto
251 de usos, com a correlação com o CNAE, e com a preparação de sistemas para facilitar a aplicação
252 da lei. Já com a questão citada sobre a anistia e regularidade, esclareceu que não se trata de ter
253 anistia na lei, mas uma regulação que facilite a regularização. Sobre a questão do processo
254 participativo elucidou que a minuta sanou boa parte das questões, mas ainda há questões que
255 estão presentes, e o Diálogo Regional visa dar a consequência que foi dada para todas as
256 contribuições que vieram em todas as formas de participação, com foco em uma devolução, em
257 um esclarecimento, mas ouvindo as reações das pessoas e incorporando, dentro do possível, na
258 consolidação do PL. **20)** O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU e da
259 CTLU, Fernando Mello Franco, fez um aparte para esclarecer que não há a técnica ou uma técnica,
260 mas há técnicas, e a grande questão não é se discutir a técnica em si, mas quais os critérios que
261 nos fazem adotar esta ou aquela técnica e discutir as formas de aplicação da técnica para obter os
262 objetivos ou a visão de cidade que a gente quer, portanto, essa é uma discussão eminentemente
263 política, a cidade é eminentemente política, qual é a visão de cidade que podem nos auxiliar, nos
264 instrumentalizar e o resultado político que a gente pretende, entendendo que há sim uma visão de
265 cidade que foi pactuada, foi discutida no âmbito do executivo, foi discutida no âmbito do
266 legislativo, foi aprovada por aqueles que representam a sociedade e sancionada pelo Prefeito, e
267 que a revisão do zoneamento seria mais um processo de consolidação do plano diretor e não de
268 revisão deste. Abordou a questão sobre o modelo de zoneamento trazido pelo conselheiro Valter
269 Luis Caldana Junior (Representante da Universidade Presbiteriana Mackenzie na CMPU), uma
270 questão que deveria ter sido a primeira discussão a ser travada, mas agora terminando esse
271 processo do executivo discutir o ponto zero talvez não seja pertinente, mas é uma questão
272 importante, a nossa cultura precisaria ser revista, mas por outro lado tem toda uma inércia de
273 uma metrópole gigantesca que é São Paulo que talvez não nos permita, talvez fosse bastante
274 traumático jogar fora e reinventar o modelo, ainda que a colocação do conselheiro pareça
275 bastante pertinente. Ressaltou que há uma adoção de uma estratégia que tem tentado não impor
276 uma visão totalizante para cidade, mas propor uma visão sistêmica. Está previsto no Plano Diretor
277 e que esta sendo reforçado no zoneamento que é a lógica de estruturação da cidade a partir da
278 relação entre desenvolvimento dos investimentos em infraestrutura de transportes e
279 desenvolvimento imobiliário de equipamento, etc., traz uma visão sistêmica. Ponderou sobre a
280 questão da descentralização, que o Estatuto da Metrópole, mas uma vez vem também em



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – C MPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

281 confronto com a necessidade de descentralização do compartilhamento das decisões urbanas, das
282 metrópoles pelos municípios. Enfatizou que deve ser aproveitado este momento, não para
283 enfrentar as questões técnicas por que não é disso que se trata neste momento. As questões, as
284 disputas, os conflitos estão claramente colocados, não estão sendo recebido mais nenhum conflito,
285 mas apenas o reforço dos mesmos conflitos que estão sendo anunciados desde sempre na cidade
286 de São Paulo, e um deles é a segregação sócio espacial, isso que esta no cerne da discussão entre
287 a polarização da ZER e das ZEIS nesta cidade. O conflito está instaurado e deve ser enfrentado,
288 debatê-lo e tomar as tomadas de posição políticas que são precisas. Registrou que estará sendo
289 entregue não uma nova minuta, mas uma revisão decorrente de uma etapa do processo
290 participativo da minuta outrora publicizada alguns meses atrás, não é uma nova minuta, é um
291 aprimoramento da minuta existente pública decorrente justamente desse processo participativo.
292 **21)** Foi franqueada novamente a palavra aos conselheiros, tendo como primeira inscrita Marta
293 Dora Grostein (Representante da Universidade de São Paulo – FAU/USP na C MPU) que se
294 solidarizou com a fala do Secretário e destacou a importância do processo de revisão do plano e
295 de elaboração do plano diretor e da lei de zoneamento. Ressaltou que se deveria discutir com uma
296 visão de conjunto da cidade e não a partir das subprefeituras. Ponderou que isso é uma questão
297 fundamental e importante para se garantir a lógica da estruturação proposta pelo plano diretor.
298 Enfatizou que não é uma questão simples atender os diferentes interesses em conflito na
299 sociedade, a instância seguinte à resolução de conflitos são os planos de bairro, pergunta se a
300 possibilidade dos planos de bairro alterar as situações previstas na lei de zoneamento a partir de
301 discussões de uma escala menor. Reafirmou que esse processo foi muito difícil porque ele ficou de
302 resolver questões estruturantes da cidade, e com relação a questão da participação social acha
303 que ela é fundamental mas aponta para os interesses muito específicos que existem serão melhor
304 atendidos no plano de bairro, melhor discutidos, então pergunta se é possível criar algum vínculo
305 ou alguma possibilidade de revisão de questões específicas nos planos de bairros, terminou dando
306 parabéns à equipe. **22)** Sérgio Antonio Reze Junior (Representante da AMAPAR na C MPU) que
307 repudiou a declaração do secretário com relação ao resumo dos conflitos de São Paulo urbanos
308 entre ZER e ZEIS; disse que em nome dos moradores da ZER, posto que é um deles, isso não é
309 um problema urbano em São Paulo; ponderou que não é preconceituoso e não luta contra o
310 direito à moradia; observou que o que está acontecendo em São Paulo é uma inversão, uma
311 massa de manobra necessitada é utilizada com interesses eleitorais financiados em campanhas
312 milionárias por pessoas que não moradoras de ZERs; disse que repudia o resumo do que foi falado
313 por ele, o pedido por maior participação, o que coloca o morador da ZER como se ele fosse o
314 culpado pelo preconceito e por tudo de ruim que aconteceu na urbanização da cidade de São
315 Paulo. **23)** Lucila Falcão Pessoa Lacreta (Representante da Macrorregião Oeste – Eleito na C MPU)
316 – “Peço que minha fala seja transcrita na íntegra por favor. Nós estamos presenciando o problema
317 senhor Secretário gravíssimo de comunicação, em primeiro lugar essas audiências públicas, elas,
318 como eu disse, às pessoas foram de peito aberto, elas participaram na medida do possível através
319 da internet, através de apresentando documentos, mas dentro de um pacote pronto, então a
320 comunidade ela não se apropriou dessa proposta da lei de zoneamento muito menos da lei do



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

321 plano diretor, porque foi um pacote pronto, e o que se percebe é que está sendo alterado na
322 medida da conveniência da administração, e não do que o cidadão pretende ou quer com sua
323 cidade que ele tem o pleno direito, vocês se baseiam muito nessa questão, desse projeto dos
324 ensaios urbanos que ninguém conhece, os senhores não divulgaram esses ensaios urbanos, se
325 perguntar para qualquer morador aqui, fora dessa sala, fora de quem participou dos ensaios
326 urbanos, ninguém sabe o que é, ninguém sabe a sua formulação, ninguém sabe o seu resultado, é
327 isso, outra coisa importante é o seguinte, o Montandon falou que tiveram primeiro cinco mil
328 propostas, cinco mil inserções na internet, e nessa última leva de audiências públicas em janeiro
329 só mil, claro, o projeto de lei foi divulgado depois do natal, antes do ano novo, em época de férias,
330 claro que as pessoas não tomaram conhecimento, aquelas poucas que tomaram, três mil pessoas
331 que foram na audiência pública fizeram poucas inserções, porque não foi divulgado, não foi
332 divulgado, convenientemente divulgado, às pessoas que tomaram conhecimento se revoltaram e
333 se manifestaram contundentemente pelo adiamento do prazo que seria no final de janeiro para o
334 envio do projeto de lei para Câmara e por maiores discussões nas subprefeituras, porque é
335 impossível discutir no detalhe como é a lei de zoneamento questões da sua subprefeitura, que
336 sabe seu bairro, agora o que nós vemos que existe um muro da administração, em que pese pro
337 mundo, que divulgue que existe muito diálogo com a população, esse diálogo não existe, na
338 realidade esse diálogo não existe, porque o diálogo será feito numa escala menor, e é impossível
339 discutir uma cidade do tamanho de São Paulo em detalhes do zoneamento, em detalhes do plano
340 diretor, em mera audiências públicas de massa, então o que se quer é que se faz uma discussão
341 numa escala menor na subprefeitura, que foram sucateadas sim, sucateamento este que não foi
342 revertido pelo prefeito Haddad, elas, foram sucateadas e continuam sucateadas, e tem que ter o
343 jeito dessa discussão ser feita no âmbito de uma escala menor da cidade.” 24) Ricardo Yazbek
344 (Representante do SECOVI-SP na CMPU), apresentou sua impressão sobre o processo, ressaltando
345 que faz aproximadamente dois anos e três meses que estão juntos debatendo. Ressaltou que não
346 se pode alegar que o processo é desconhecido e que não houve divulgação. Analisou que na atual
347 gestão desde o início começaram uma série de discussões, afirmando que existe divulgação sim,
348 especialmente para todos que tiveram algum tipo de participação no plano diretor, tanto que
349 fizeram observações e que começaram a estudar assim que foi divulgada a minuta da lei de
350 zoneamento e que passaram a estudar para apresentar uma série de sugestões, sendo que as
351 principais sugestões apresentadas eram exatamente de adequação ao que prevê o plano diretor,
352 esclarecendo que é muito difícil se descer no detalhe do lote, pois, sempre geram conflitos.
353 Apontou que dos principais conflitos colocados, somente um envolve a questão imobiliária,
354 ressaltando a queda nas vendas e dos lançamentos imobiliários, e também da queda forte que
355 tiveram após a promulgação da lei do plano diretor e que precisam urgente da regulamentação do
356 PDE, porque os agentes econômicos e as pessoas estão precisando que isso avance. 25) Valter
357 Luis Caldana Junior (Representante da Universidade Presbiteriana Mackenzie na CMPU) ponderou
358 que concorda plenamente com a fala do Secretário de Desenvolvimento Urbano, apontando que
359 há um descompasso, que acredita que ainda dá para compassar, entre esta compreensão de que
360 o zoneamento tem que ser um elemento de reafirmação do plano e a proposta, e que não quer



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

361 discutir o marco zero, lembrando que falou em duas reuniões que tinha que se mudar a
362 metodologia, e como não foi esse o caminho assumiu o caminho da maioria, entendendo que ao
363 adotar a permanência desse modelo de lei ainda se pode avançar mais em aspectos que
364 permitam consolidar melhor e mais rapidamente a mudança de paradigma que o plano diretor
365 trouxe e criar alianças mais sólidas ainda neste âmbito antes de colocar o projeto no legislativo,
366 entendo também que não houve uma ofensa a ZER e a ZEIS na fala do Secretário, mas na minuta
367 se esta insistindo em alguns instrumentos que são realmente desnecessários, em um excesso de
368 regulamentação que afasta e que provoca essa falsa discussão técnica, citando alguns exemplos
369 como da incomodidade e a questão da ZEIS que depois de construída ela não é mais zona
370 especial, ela é cidade, e assim é também com a ZEU e uma serie de zonas que se estão igualando
371 a zona mista da cidade. Reafirmou que mesmo dentro dos padrões que foram mantidos pode-se
372 avançar mais, isso sendo feito antes de ir para o legislativo, pois a compreensão deles com relação
373 a essas questões não devem ser as mesmas que a da Secretaria e do Conselho. **26)** Christian
374 Bojlesen (Movimento ZER Legal e Associação Pro Campo Belo), fez algumas considerações, onde
375 ressaltou que houve participação em diversas etapas, audiências públicas, em todos os eventos e
376 no ateliê Ensaios Urbanos, em que na maior parte dessas atividades se discutiu e continua sendo
377 discutido temas como, ZER, ZCOR, Eixo, ZEIS. Entendeu que umas séries dessas questões que
378 tenham surgido agora, como pendências a serem debatidas, já foram definidas na etapa anterior.
379 Ressaltou também a questão da ZER, que representa um por cento da população, onde um debate
380 que envolve a cidade inteira não pode ser travado por causa de um por cento da população. O
381 segundo ponto que abordou, após parabenizar o Secretário, lembrou que o Apartheid sócio
382 espacial da cidade começou em 1886 com código de posturas, depois veio o código sanitário que
383 visava não permitir as Vilas Operárias perto dos bairros nobres, código Arthur Saboya que era um
384 zoneamento exclusivamente para os bairros nobres. Parabenizou novamente a tentativa de
385 quebrar esses paradigmas, em que só pode ser feito com uma visão geral da cidade. **27)** Jacobina
386 Albu Vaisman (Representante do CAU-SP na C MPU) iniciou sua fala parabenizando o secretário
387 pela forma como colocou essa questão da cidade, ponderando que se trata de uma cidade que
388 tem uma história de duas cidades e que o plano diretor está tentando criar e trazer uma cidade só,
389 e com relação à questão ao processo participativo explanou que nos anos 80 o processo
390 participativo era pequeno e hoje temos mais de duas mil participações, fora os que assistiram
391 online às audiências públicas, sendo que a expressão dessa participação se deu inclusive na
392 presença dos eleitores para os vários conselhos municipais. Ressaltou que o processo participação
393 deslanchou e os planos de bairros darão esse *feedback*. Abordando também o fato de que a
394 cidade muda e que ela tem uma dinâmica, e que os processos tecnológicos são extremamente
395 importantes, e a questão de como serão essas zonas industriais no futuro e que tipo de indústrias
396 teremos, considerando que as grandes áreas a se urbanizar são as zonas industriais, que serão
397 esclarecidas na própria lei de uso e ocupação do solo, no código de obras que vai ser reformulado.
398 Finalizou agradecendo a equipe pelo esforço. **28)** Mariza Dutra Alves (Representante da
399 Associação dos Movimentos de Moradia da Leste 1) enfatizou que participou de todas as
400 audiências que aconteceram em São Paulo do plano diretor, e que as audiências aconteceram



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CPMU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

401 porque a população e a sociedade civil se mobilizaram e pediu melhorias, observou também que
402 em todas as reuniões que participou a população estava dividida, e que como representantes tem
403 que se unir para melhorar a qualidade de vida do cidadão e não se dividir por classes sociais.
404 Reafirmou que participou de todas as audiências porque quer uma cidade justa e igualitária, para
405 que cada cidadão tenha direito à moradia, moradia digna nos bairros. Concluiu defendendo as
406 políticas públicas de interesse social, pois, as famílias estão sendo isoladas, e para que se possa
407 morar em um país justo. **29)** Terminada a rodada, depois das contribuições dentre Conselheiros
408 do CPMU e da CTLU e demais presentes, estas foram devidamente anotadas e esclarecidas nas
409 considerações finais do Diretor do Departamento de Uso e Ocupação do Solo – DEUSO, Daniel
410 Todtmann Montandon, que ponderou sobre a questão do plano de bairro trazida pela conselheira
411 Marta Dora Grostein em relação ao zoneamento, que é uma lei geral, esclarecendo que o plano de
412 bairro não mudaria essas questões, mas poderia entrar em outras questões que não esta da
413 disciplina do parcelamento de uso e ocupação do solo. Com relação à questão trazida pela
414 conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacrete esclareceu que os Ensaio Urbanos estão disponíveis no
415 site com todos os resultados, esclareceu também sobre a redução do número de propostas da
416 segunda etapa, destacando o processo de evolução, onde muitas propostas da primeira etapa
417 foram sanadas, caminhando na solução dos conflitos e na conclusão da minuta. **30)** A palavra foi
418 franqueada novamente ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CPMU e da
419 CTLU, Fernando Mello Franco, que fez as considerações finais, esclarecendo alguns pontos
420 abordados por Valter Luis Caldana Junior, destacando a questão da pequena manufatura na
421 cidade e da forma como os novos arranjos produtivos estão se organizando nas metrópoles de
422 forma geral, que coloca em cheque muitas coisas do zoneamento não só de São Paulo. O
423 Presidente também esclareceu a questão dos planos de bairros abordada por Marta Dora Grostein,
424 e de como se relacionam com as outras peças do marco regulatório. Finalizou enfatizando que o
425 zoneamento esta incidindo sobre a regulação do privado sobre os lotes, destacando a regulação
426 dos espaços públicos aonde a qualidade de vida de bairro vai se expressar na sua maior latência e
427 os planos regionais vão fundamentalmente e essencialmente versar sobre isso, avançando sobre a
428 qualificação da vida local sobre as ações que incidiram sobre os espaços públicos.
429 **Encerramento:** O Secretário Executivo do CPMU, Fernando Túlio, agradeceu a presença dos
430 colegiados encerrando a reunião às 12h42m, lembrando que ocorrerá no próximo mês outra
431 reunião conjunta. A reunião foi secretariada por Fernando Túlio Salva Rocha Franco, Secretário
432 Executivo do Conselho Municipal de Política Urbana – CPMU, e Paulo César Sperduti, Secretário
433 Executivo Substituto da Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU, que lavraram a
434 presente ata. **Demais presentes:** Antonio Luiz Polverini Filho (Associação Paulista de
435 Empresários de Obras Públicas – APEOP); Clodoaldo J. O. M. (Fundação Fé e Alegria do Brasil);
436 Irene C. Brito (Mitra Arquidiocesana SP); Christian Bojlesen (Movimento ZER Legal e Associação
437 Pro Campo Belo); Paulo Bizzo (Associação São Benedito Legal); Thais Chueiri (SMDU); Geraldo de
438 Paula Eduardo (APEOP); Sully Alonso (ACSP); Vinícius Fernandes (USP) e Tereza Beatriz Ribeiro
439 Herling (SMDU). **Entidades Ausentes CPMU:** Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal dos
440 Negócios Jurídicos – SNJ; Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP;



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

441 Secretaria Municipal de Transportes – SMT; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
442 – SIURB; Secretaria Municipal de Serviços – SES; Secretaria Municipal de Assistência e
443 Desenvolvimento Social – SMADS; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e
444 Empreendedorismo – SDTE; São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo; Macrorregião Norte 1 – Eleito;
445 Macrorregião Norte 2 – Eleito; Macrorregião Centro – Eleito; Macrorregião Leste 1 – Eleito;
446 Macrorregião Sul 1 – Eleito; Macrorregião Sul 2 – Eleito; Macrorregião Norte 1 – Indicado;
447 Macrorregião Leste 2 – Indicado; Indústria da Construção Civil com atuação com obras públicas
448 (Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP e Sindicato da Indústria da
449 Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON); Movimento de Moradia (União dos
450 Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior e Liderança Movimento Popular); Entidade
451 Ambiental (Associação Vitae Civilis Cidadania e Sustentabilidade e Instituto Democracia e
452 Sustentabilidade – IDS); Categoria Profissional em Planejamento Urbano (Instituto dos Arquitetos
453 do Brasil – IAB e Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – ASBEA); Empresa, Entidade
454 ou ONG da área de desenvolvimento urbano (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em
455 Política Sociais – POLIS e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Central Sindical (Federação
456 Nacional dos Urbanitários – FNU); Órgãos Estaduais e Intermunicipais (Secretaria de Estado da
457 Habitação; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado dos Transportes
458 Metropolitanos; Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos; Consórcio Intermunicipal da
459 Região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo). **Entidades Ausentes CTLU:** Gabinete
460 do Prefeito; Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP; Secretaria Municipal
461 de Transportes – SMT; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB; São Paulo
462 Urbanismo (SP Urbanismo); Instituto de Engenharia – IE; Federação do Comércio do Estado de
463 São Paulo – FECOMERCIO e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

Presidente CMPU/CTLU

Fernando de Mello Franco

Assinatura: _____

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

Secretário Executivo

Fernando Túlio Salva Rocha Franco

Assinatura: _____

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU

Secretário Executivo Substituto

Paulo César Sperduti

Assinatura: _____



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ENTIDADES PRESENTES CMPU

Secretaria do Governo Municipal – SGM

Suplente: Vilma de Oliveira Mendonça

Assinatura:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

Suplente: Nuria Pardillos Vieira

Assinatura:

Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL

Suplente: Paulo Ricardo Giaquinto

Assinatura:

Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Titular: Cristina Toth Sydow

Assinatura: _____

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA

Titular: Ricardo Brandão Figueiredo

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Cultura – SMC

Titular: Marcos Cartum

Assinatura:

Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB

Suplente: Luciana Martins de Barros Teixeira

Assinatura:

Macrorregião Oeste - Eleito

Titular: Lucila Falcão Pessoa Lacrete

Assinatura: AUREA F. M. MAZZETTI

Suplente: Aúrea Lopes Machado Mazzetti

Assinatura: _____

Macrorregião Leste 2 - Eleito

Titular: Antonio Gomes dos Santos

Assinatura: _____

Macrorregião Norte 2 - Indicado

Titular: Carlos Eduardo Silva Diethelm

Assinatura: _____

Macrorregião Oeste - Indicado

Titular: Adriana Rolim de Camargo

Assinatura: _____

Macrorregião Centro – Indicado

Titular: Gilmar Tadeu Ribeiro Alves

Assinatura: _____



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – C MPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Macrorregião Leste 1 - Indicado

Titular: Renata Carvalho Naves

Assinatura: _____

Macrorregião Sul 1 - Indicado

Suplente: João Carlos da Silva Martins

Assinatura: _____

Macrorregião Sul 2 - Indicado

Titular: Carlos Herinque Nunes Cabral

Assinatura: _____

Produção Imobiliária – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI-SP

Titular: Ricardo Yazbek

Assinatura: _____

Suplente: Eduardo Della Manna

Assinatura: _____

Associação de Moradores

Titular: Maura Augusta Soares de Oliveira - Movimento por Direito a Moradia – MDM

Assinatura: _____

Associação de Moradores

Titular: Sérgio Antonio Reze Junior – Associação dos Moradores e Amigos do Parque Previdência – AMAPAR

Assinatura: _____

Suplente: Cibele Martins Sampaio – Associação Amigos do Brooklin Novo – SABRON

Assinatura: _____

Movimento Moradia

Suplente: Mariza Dutra Alves – Associação dos Movimentos de Moradia da Leste 1

Assinatura: _____

Universidade

Titular: Marta Dora Grostein – Universidade de São Paulo – FAU/USP

Assinatura: _____

Universidade

Titular: Valter Luis Caldana Junior – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Assinatura: _____

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

Suplente: Alexandre Marques Tirelli – Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo – SCIESP

Assinatura: _____

Categoria Profissional em Planejamento Urbano

Titular: Jacobina Albu Vaisman – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU-SP

Assinatura: _____



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Empresa, Entidade ou ONG da área de desenvolvimento Urbano

Titular: Luiz Carlos Perillo Costa – Movimento Defesa São Paulo

Assinatura: _____

Central Sindical

Titular: Paulo Afonso Costa – Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo - CUT

Assinatura: _____

ENTIDADES PRESENTES CTLU

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

Suplente: Daniel Todtmann Montandon

Assinatura: _____

Secretaria do Governo Municipal – SGM

Titular: Eduardo Ignácio de Faria

Assinatura: _____

Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos – SNJ

Titular: Roberto Angotti Júnior

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Licenciamento – SEL

Suplente: Arlete dos Anjos Grespan

Assinatura: _____

Secretaria Municipal Do Verde E Do Meio Ambiente – SVMA

Suplente: Teresa Maria Emídio

Assinatura: _____

Instituto De Arquitetos Do Brasil – IAB

Titular: Fernando Ferreira Lima Martines

Assinatura: _____

Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI

Titular: Eduardo Della Manna

Assinatura: _____

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON

Suplente: Elcio Sígolo

Assinatura: _____

Associação Comercial de São Paulo – ACSP

Titular: Larissa Campagner Arcuri

Assinatura: _____

Organização Não Governamental – ONG

Titular: Lucila Falcão Pessoa Lacrete (Movimento Defesa São Paulo)

Assinatura: _____



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – C MPU
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Universidade

Titular: João Fernando Pires Meyer (FAU-USP)

Assinatura: _____

ASBEA - Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura

Titular: Gianfranco Vannucchi

Assinatura: _____

Suplente: Paulo Machado Lisboa Filho

Assinatura: _____

[Handwritten initials]

[Handwritten signatures in blue ink]

[Large handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]